

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 68, I, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta à consideração desta Casa de Leis, o seguinte:

## PROJETO DE LEI Nº 062/2019

**Súmula:** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar, mediante procedimento licitatório, Concessão de Direito Real de Uso de bem imóvel e dá outras providências.

**Art. 1º** - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a outorgar, mediante a imposição de encargos, após o competente procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, Concessão de Direito Real de Uso à empresa vencedora do certame ou a alguma de suas subsidiárias ou controladas, existentes ou a ser criadas, desde que pertencentes ao mesmo grupo econômico, as áreas de propriedade do Município de Irati – Pr., contendo a seguinte descrição:

### ÁREA 01

LOTE 10 - QUADRA "C"  
Matrícula: 13.266 - 2º C.R.I.  
Bairro: VILA SÃO JOÃO  
Área: 4.000,00m<sup>2</sup>

### DESCRIÇÃO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, fazendo frente para RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01) a 226,07m da esquina com a RUA SEBASTIÃO CORDEIRO ROCHA, de coordenadas N 7.179.151,674m e E 534.822,597m;

Deste, segue confrontando com LOTE 10-A, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 253°44'56" e 64,46m até o vértice 1, de coordenadas N 7.179.133,634m e E 534.760,708m;

Deste, segue confrontando com LOTES 08 E 07, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 350°28'24" e 62,48m até o vértice 2, de coordenadas N 7.179.195,256m e E 534.750,367m;

Deste, segue confrontando com LOTE 06, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 73°45'18" e 64,46m até o vértice 3, de coordenadas N 7.179.213,284 m e E 534.812,238 m;

Deste, segue confrontando com RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01), com os seguintes azimutes e distâncias:



170°27'21" e 62,48m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.179.151,674m e E 534.822,597m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

**ÁREA 02****LOTE 10-A - QUADRA "C"**

Matrícula: 13.266 - 2º C.R.I.

Bairro: VILA SÃO JOÃO

Área: 4.000,00m²

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, fazendo frente para RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01) a 163,59m da esquina com a RUA SEBASTIÃO CORDEIRO ROCHA, de coordenadas N 7.179.090,063m e E 534.832,963m;

Deste, segue confrontando com LOTE 11, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 253°44'56" e 64,46m até o vértice 1, de coordenadas N 7.179.072,021m e E 534.771,068m;

Deste, segue confrontando com LOTES 09 E 08, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 350°28'02" e 62,48m até o vértice 2, de coordenadas N 7.179.133,637m e E 534.760,721m;

Deste, segue confrontando com LOTE 10, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 73°44'56" e 64,46m até o vértice 3, de coordenadas N 7.179.151,678m e E 534.822,610m;

Deste, segue confrontando com RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01), com os seguintes azimutes e distâncias: 170°27'42" e 62,48m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.179.090,063m e E 534.832,963m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

**ÁREA 03****LOTE 11 - QUADRA "C"**

Matrícula: 13.266 - 2º C.R.I.

Bairro: VILA SÃO JOÃO

Área: 4.000,00m²

**DESCRIÇÃO**

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 0=PP, fazendo frente para RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01) a 101,11m da esquina com a RUA SEBASTIÃO CORDEIRO ROCHA, de coordenadas N 7.179.028,448m e E 534.843,316m;

Deste, segue confrontando com LOTE 12, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 253°45'18" e 64,46m até o vértice 1, de coordenadas N 7.179.010,415m e E 534.781,425m;

Deste, segue confrontando com LOTE 09, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 350°27'23" e 62,48m até o vértice 2, de coordenadas N 7.179.072,021m e E 534.771,068m;

Deste, segue confrontando com LOTE 10-A, QUADRA "C", MATR. Nº 13.266 - 2º C.R.I. com os seguintes azimutes e distâncias: 73°44'56" e 64,46m até o vértice 3, de coordenadas N 7.179.090,063m e E 534.832,963m;



Deste, segue confrontando com RUA DAS AMEIXEIRAS (ANTIGA RUA Nº 01), com os seguintes azimutes e distâncias: 170°27'42" e 62,48m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7.179.028,448m e E 534.843,316m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

§ 1º - A Concessão de Direito Real de Uso terá prazo determinado de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogada, por igual período, mediante a celebração de Termo Aditivo, a critério do Chefe do Poder Executivo e de comum acordo entre as partes.

§ 2º - A Concessão de Direito Real de Uso deverá observar os termos, condições e encargos impostos pelo Município à Concessionária, sob pena de extinção da concessão e imediato retorno da posse direta do bem imóvel do Município.

§ 3º - Após o transcurso do prazo de 5 (cinco) anos, sem que se perfectibilize, a critério da Administração Pública Municipal, a prorrogação da Concessão de Direito Real de Uso, ocorrerá, automaticamente, a reversão do bem para o Município, sem qualquer hipótese de indenização ou reparação de danos à empresa Concessionária.

**Art. 2º-** As áreas de terreno e respectivas edificações descritas no Art. 1º desta Lei serão utilizadas pela Concessionária com a finalidade de operar uma unidade industrial e/ou comercial, gerando empregos diretos e indiretos e recolhendo os tributos devidos, sendo vedada qualquer espécie de subcontratação a terceiros.

§ 1º - A área mencionada no Art. 1º desta Lei não poderá ser destinada para outros fins, que não sejam os propostos pela Concessionária, definidos nesta Lei, no Edital da Licitação e os constantes em Termo de Compromisso imposto pelo Município.

§ 2º - A Concessionária apresentará os balancetes e planos de trabalho anualmente, até o dia 15 de dezembro de cada ano, bem como quando houver solicitação da Administração Pública Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, para análise, do cumprimento do objeto da Concessão.

**§ 3º** - A Administração Pública Municipal poderá efetuar as devidas fiscalizações, através do PROGRIDE, para averiguar o fiel cumprimento aos termos da Concessão de Direito Real de Uso.

**§ 4º** - Comprovado o desvio da finalidade do objeto da Concessão de Direito Real de Uso, o Município poderá intervir e revogá-la prontamente, revertendo-lhe a posse, automaticamente, sem que subsista qualquer direito de indenização ou pagamento à Concessionária, salvo a retirada, quando possível, das benfeitorias que tenha realizado.

**Art. 3º** - Todas as despesas decorrentes dos procedimentos legais para efetivação desta Concessão de Direito Real de Uso correrão por conta e responsabilidade da Concessionária.

**Art. 4º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, 23 de julho  
de 2019.

  
**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**

## PROJETO DE LEI Nº 062/2019

**Súmula:** Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar, mediante procedimento licitatório, Concessão de Direito Real de Uso de bem imóvel e dá outras providências.

### JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Respeitosamente, cumprimentamos Vossa Excelência e os Eminentes Vereadores desta Veneranda Casa Legislativa, ensejo em que nos permitimos, com a especial vênua, usando das prerrogativas concedidas pela Lei Orgânica deste Município, encaminhar a esta Respeitável Câmara Municipal, para a devida apreciação, o anexo Projeto de Lei que **“Autoriza o Chefe do Poder Executivo a outorgar, mediante procedimento licitatório, Concessão de Direito Real de Uso de bem imóvel e Dá Outras Providências”**.

Visando à expansão da indústria e, conseqüentemente, do número de empregos e da arrecadação tributária municipal, esta Administração Pública almeja outorgar à empresa vencedora de Concorrência Pública a possibilidade de explorar economicamente um bem imóvel, presentemente, sem destinação específica.

A possibilidade de incentivo, por parte do Município, a empresas que almejam instalar-se no respectivo território, em especial, quanto ao instituto da Concessão de Direito Real de Uso, é prevista na legislação pátria, bem como, claramente orientada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná– TCE/PR, conforme Acórdão nº 1730/18 - Tribunal Pleno, *in verbis*:

*Consulta. Concessão de incentivos econômicos e fiscais pelos Municípios para a instalação de novas empresas ou ampliação das atividades daquelas já instaladas, com o fim precípuo de aumentar a geração de empregos diretos e indiretos e a arrecadação de tributos.*

(...)



2. A locação de bem imóvel pelo Poder Público para transferência de uso a entidade particular, dentro de uma política de incentivo à instalação de empresas ou à ampliação das já instaladas, deve ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais. **A Administração Pública deve realizar seleção impessoal e imparcial dos interessados e exigir contraprestação da empresa beneficiária, mediante, por exemplo, a geração de empregos e renda.**

(...)

Destarte, o Interesse Público resta cristalino, restando necessária, ainda, para a efetiva implementação do objeto, a competente autorização legislativa, motivo pelo qual encaminhamos o presente projeto de lei para análise dos eminentes Vereadores deste Município.

Contando com o prestimoso apoio dos nobres Edis, reiteramos nossos votos de estima e apreço, permanecendo à disposição para maiores elucidações.

Atenciosamente

**Jorge David Derbli Pinto**  
**Prefeito Municipal**